

Gasto com segurança preocupa

Os benefícios previdenciários absorverão NCz\$ 28 bilhões e 608 milhões. Embora não tenha sido concluída a legislação complementar, dispositivos constitucionais já ocasionaram gastos adicionais com os aumentos reais do salário mínimo, o piso de benefícios, o seguro-desemprego e a equivalência salarial dos benefícios e serviços oferecidos pela Previdência às populações urbanas e rurais.

Embora sofra sérias restrições constitucionais, o Governo cerrará fogo no Congresso para minimizar seus gastos com a seguridade social. O maior lobby, no momento, é para que seja aprovada a medida provisória desvinculando benefícios previdenciários como aposentadorias e pensões do salário mínimo. A idéia é que a vinculação vigore apenas para os benefícios até dois salários mínimos. Acima disso, só haverá a correção mensal determinada pelo IPC.

Com a política de aumentos reais concedidos ao valor do salário mínimo, Pedro Parente prevê um colapso no sistema previdenciário. Só este mês, a elevação real foi de 12,56 por cento (acima da inflação). De junho deste ano a dezembro de 1990, o mínimo terá sofrido um aumento real de 73 por cento.

Para equilibrar as contas públicas, o Governo continuará também lançando mão de aumentos reais nas tarifas, exceto aquelas que já recuperaram o valor desejado, como é o caso dos derivados do petróleo. Os do ramo da siderurgia também tiveram os preços recompostos, mas a energia elétrica ainda deverá sofrer aumentos acima da inflação para

eliminar o déficit hoje existente.

O Governo partirá também para a venda de bens móveis e acelerará o programa de privatização de empresas estatais, além de realizar operações de leasing para engordar a receita.

O programa de venda de ações prevê para 1990 uma captação de NCz\$ 317 milhões só na Companhia Vale do Rio Doce. O Banco do Brasil e a Petrobrás, esperam arrecadar com este tipo de operação NCz\$ 384 milhões e NCz\$ 2 bilhões e 124 milhões, respectivamente.

EDUCAÇÃO

O ministro Carlos Sant'Anna, da Educação, disse ontem que o Orçamento do Ministério da Educação para 1990 é quase 40 por cento menor em valores reais que o Orçamento de 1989, contrariando declarações que o MEC poderá ter em 1990 um aumento de 20,5 por cento em recursos para investimentos. Isso apesar de o projeto de Orçamento Geral da União para 1990 prever um corte global de 50 por cento nos investimentos com recursos próprios do Tesouro.

Segundo o ministro, o Orçamento para 1990, no valor de NCz\$ 4 bilhões 390 milhões e 150 mil não será suficiente para o Ministério da Educação, e obrigará o novo Governo a renegociar a verba. Sant'Anna afirmou que nem mesmo o extrateto de NCz\$ 30 milhões e 200 mil, liberado pela Secretaria de Planejamento (Seplan), será suficiente para o Ministério fazer frente às despesas da Pasta.